

ENTRE A MÃE E A BABÁ: marcas das relações raciais e de gênero no trabalho de cuidado na Educação Infantil

Lorraine Andrade Gonçalves ¹

Resumo: As relações de cuidado fazem parte do currículo da Educação Infantil, estão previstas em documentos legais e também acontecem nas ações cotidianamente vividas no contexto deste segmento. Cuidar de bebês e crianças pequenas reencena, de diferentes modos, atitudes consideradas como femininas e, principalmente, maternais, mas também ensejam funções historicamente atribuídas à corpos negros escravizados que eram responsabilizados pelos cuidados das crianças. Este artigo se aproveita do material coletado na tese de doutorado “Currículo e maternidade: raça, gênero e cuidado na Educação Infantil” para produzir uma composição teórica com as produções do feminismo negro, o conceito de imagens de controle Collins (2022), em diálogo com as imagens da mulher negra narradas por Lélia Gonzalez (2019) e as discussões sobre maternidade com o seguinte intuito: a) problematizar como as relações de gênero e raça estão imbricadas nos processos de subjetivação das docentes deste segmento produzindo-as como mulheres desejavelmente mães e ou babás, a depender da cor de sua pele; b) argumentar que a própria ação de cuidar é produzida como ação subalterna das suas características e dos profissionais responsáveis por realizá-lo.

Palavras-chave: Cuidado; Educação Infantil; Gênero; Raça; Maternidade.

BETWEEN THE MOTHER AND THE NANNY: Marks of racial and gender relations in care work in Early Childhood Education

Abstract: Care relationships are part of the curriculum in Early Childhood Education, are foreseen in legal documents, and also occur in everyday actions within this context. Caring for babies and young children reenacts, in different ways, attitudes considered feminine and, primarily, maternal, but also involves functions historically assigned to enslaved Black bodies, who were held responsible for taking care of children. This article draws on material collected

¹ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ); Especialista em docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Setor de Educação Infantil do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Cap-UFRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2679591644944570> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0818-3107> E-mail: Lorraine.cap.ufrj@gmail.com

in the doctoral thesis “Curriculum and Motherhood: Race, Gender, and Care in Early Childhood Education” to produce a theoretical composition using Black feminism, Collins' (2022) concept of images of control, in dialogue with the representations of Black women narrated by Lélia Gonzalez (2019), and discussions on motherhood with the following purposes: a) to problematize how gender and racial relations are intertwined in the subjectivation processes of teachers in this field, producing them as women who are desirably mothers and/or nannies, depending on the color of their skin; b) to argue that the act of caring itself is constructed as a subaltern action due to its characteristics and the professionals responsible for carrying it out.

Keywords: Care; Early Childhood Education; Gender; Race; Motherhood.

ENTRE LA MADRE Y LA NIÑERA: Marcas de las relaciones raciales y de género en el trabajo de cuidado en la Educación Infantil

Resumen: Las relaciones de cuidado forman parte del currículo de la Educación Infantil, están previstas en documentos legales y también ocurren en las acciones cotidianas dentro de este contexto. Cuidar de bebés y niños pequeños vuelve a escenificar, de diversas maneras, actitudes consideradas como femeninas y, principalmente, maternas, pero también involucra funciones históricamente atribuidas a cuerpos negros esclavizados, que eran responsables de los cuidados de los niños. Este artículo utiliza material recogido en la tesis doctoral “Currículo y Maternidad: Raza, Género y Cuidado en la Educación Infantil” para generar una composición teórica con las producciones del feminismo negro, el concepto de imágenes de control de Collins (2022), en diálogo con las representaciones de la mujer negra narradas por Lélia Gonzalez (2019) y las discusiones sobre la maternidad con el siguiente objetivo: a) problematizar cómo las relaciones de género y raza están imbricadas en los procesos de subjetivación de las docentes de este segmento, produciéndolas como mujeres deseablemente madres y/o niñeras, dependiendo del color de su piel; b) argumentar que la propia acción de cuidar se produce como una acción subalterna dadas sus características y los profesionales responsables de llevarla a cabo.

Palabras clave: Cuidado; Educación Infantil; Género; Raza; Maternidad.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo compõe parte das problematizações realizadas na tese de doutorado intitulada “Currículo e maternidade: raça, gênero e cuidado na Educação Infantil” defendida pela autora deste artigo em março de 2024. Dialogando com o material coletado para a referida pesquisa, este artigo evidenciará a partir das discussões do campo da maternidade e da proposição de Patricia Hill Collins (2022) de “imagens de controle” como as docentes que atuam na Educação Infantil realizando o trabalho de cuidado previsto nos documentos curriculares que regem o segmento, bem como compõem a prática diária do trabalho neste segmento produzem o perfil da professora ideal como cuidadora desejavelmente mãe ou babá, a depender da cor de sua pele. Além disso, este artigo também argumenta que não só as docentes da Educação Infantil são produzidas subjetivamente, mas a própria ação de cuidar é produzida como ação subalterna.

Para realizar tais discussões, o artigo se aproxima do modo como Butler (2018) define gênero, como uma produção que se dá a partir da repetição e reiteração de práticas e comportamentos que produzem a inteligibilidade dos corpos através de supostas normalizações de tais atos. Nesse sentido, parte do argumento aqui apresentado é que o ato de cuidar é generificado, uma vez que está atrelado a uma suposta prática naturalmente realizada por mulheres, em especial, pelas mães. No que se refere a raça, este texto a compreende no âmbito da relação racial (Sodré, 2023), como forma de dominação e subordinação que organiza a vida em sociedade sob uma perspectiva colonialista. Este artigo compartilhará elaborações em torno do modo como a relação racial interfere na produção subjetiva das docentes da Educação Infantil como possíveis babás, seguindo a linha da discussão sobre as “imagens de controle” proposta por Collins (2022). Ao lançar um olhar tanto para as questões de gênero, como para relação racial, defendo que no processo de subjetivação das docentes a ação de cuidar também é produzida como ato subalterno, realizada por sujeitos subalternizados, as mulheres desejavelmente mães e as mulheres negras desejavelmente babás, conforme veremos adiante.

A MÃE: PRODUÇÃO GENERIFICADA DA AÇÃO DE CUIDADO

Articulado as dimensões materiais, éticas, afetivas e relacionais, o cuidado se constitui na relação com o outro (Gallego, 2019). Seja no âmbito doméstico ou público, remunerado ou não, o cuidado é a tarefa que provê a manutenção da vida. Higienizar espaços e produzir alimentos para consumo são apenas uma parte do trabalho de cuidado. Cuidar também pressupõe disponibilidade temporal, emocional e afetiva dispensados ao sujeito a quem ele se destina. Devido à uma elaboração social constituída através de discursos médicos, religiosos, pedagógicos, entre outros, foi produzida a ideia de que as ações de cuidado são desenvolvidas naturalmente por mulheres cis². A constituição da pressuposição de que o cuidado é essencialmente uma ação desempenhada por mulheres está articulada a ideia de que a realização deste trabalho é inata a natureza feminina e, portanto, a realização repetidamente realizada desta função não é lida como trabalho, mas sim como execução automatizada de algo que se faz sem esforço e por amor. Esta produção intencional e histórica compõe parte do que produz a distinção e hierarquização entre homens e mulheres.

Por volta de 1700 os naturalistas taxavam como herética a associação entre humanos e animais, uma vez que se imaginava que os humanos, por serem imagem e semelhança de Deus, se afeiçoavam mais aos seres divinos e se distanciavam do que era considerado como natureza ou animal. Esta separação entre humano e não humano servia como justificativa para subjugação de animais, dominação e manipulação da terra e para a desumanização dos corpos negros (que eram associados a corpos animalizados). Ainda neste período, Lineu, o zoólogo, médico e botânico considerado como um grande nome da taxonomia moderna, foi responsável por algumas classificações científicas. Seu modelo de classificação e diferenciação das espécies propunha uma

² O termo cis, supressão do termo cisgênero, se refere a identificação de gênero correspondente à designação de sexo atribuída no nascimento.

organização dos seres a partir das mamas, que produzem alimento para os filhotes. O termo *Mamália* cunhado por ele, definia os seres que amamentavam seus filhos através do aleitamento. Este movimento dava ao corpo da mulher centralidade nos debates científicos, porém, como referente à significação daquilo que aproximava os humanos dos animais.

Paralelamente, Lineu, segue suas discussões elaborando também a figura do Homo Sapiens, privilegiando a figura do homem, como uma imagem articulada à razão, a ação que nos diferencia e distancia dos animais. Assim, “[...] na terminologia de Lineu, uma característica feminina (as mamas lactantes) liga os humanos aos seres brutos, enquanto uma característica tradicionalmente masculina (a razão) marca nossa separação deles” (Schiebinger, 1998, p.227). Já que a mulher é o ser que comprova o vínculo entre o humano e o animal, podendo, inclusive, ser substituída por outros animais no processo de amamentação de suas crias³. A mulher que amamenta, que cuida de seus filhos, passa a ocupar, inevitavelmente, um lugar social de subalternidade.

Aqui nos interessa pensar sobre como a proposição de Lineu além de articular a amamentação como aquilo que liga as mulheres aos animais, também constitui a lógica de que a amamentação é uma ação naturalmente realizada pelas fêmeas humanas ou não. No processo de amamentação o que chamamos de cuidado fica evidente de diversas maneiras: pela disponibilização do tempo ao outro; pela manutenção da vida através do alimento; pela relação afetiva⁴ que este ato propicia. Nesta lógica, o sustento através da alimentação e a produção do laço afetivo compõem um certo tipo de cuidado que só pode ser oferecido pelas mulheres cis.

Uma vez articulada à animalidade, durante o período colonial, muitas mulheres não amamentavam seus próprios filhos, relegando essa

³ Como é possível ver em diferentes mitos que circulavam como o da fundação de Roma (Itália), em que Romulo e Remo após serem abandonados em um cesto sobre o Rio Tigre são salvos por uma loba que os amamenta e os vê crescer, até que Romulo mata Remo e funda a cidade de Roma.

⁴ É importante enfatizar aqui que a dimensão afetiva não está relacionada apenas a sentimentos agradáveis como carinho, mas também a sentimentos desagradáveis como a repulsa, por exemplo.

responsabilidade às amas de leite que, geralmente, eram mulheres negras escravizadas ou de classes econômicas inferiores. As amas, por sua vez, deixavam de amamentar seus próprios filhos para ficarem disponíveis aos filhos dos seus senhores.

Os diferentes modos como a amamentação das crianças acontecia nos distintos contextos sociais e econômicos acabavam por gerar um alto índice de mortalidade infantil. Com a intenção de realizar uma reorganização social, discursos médicos, religiosos e filosóficos passaram a defender a importância de que as mulheres-mães amamentem seus próprios filhos sob o pretexto de que a amamentação era central para sustentar a vida e a sociedade, através da segurança da saúde das crianças. A amamentação, que, supostamente, poderia garantir um certo tipo de futuridade às comunidades. Os discursos médicos afirmavam a importância do aleitamento pela genitora, a partir de argumentos que tratavam dos danos ao corpo da mulher que não amamentava seu próprio filho (Schiebinger, 1998), bem como dos efeitos de precarização da saúde e da moralidade das crianças ricas quando eram amamentadas por mulheres negras ou de classes sociais inferiores (Telles, 2021).

Todo esse movimento construiu a relação entre mãe e bebê e, inclusive, a ideia do amor materno, como algo inato, natural ao corpo e a psiquê feminina. Badinter (1985) analisa todo o processo de construção disso que chamamos de “amor materno” e explica que este sentimento é formado socialmente de acordo com o contexto temporal e local onde a prática social da maternidade acontece. Segundo a autora, o mito do amor materno se refere a um discurso afirmativo de que este sentimento sempre existiu tal como o imaginamos hoje de maneira mais genérica. Quando se fala em amor materno pressupomos que estamos todos falando de algo comumente entendido, algo como um conceito universal que subsidia a ideia da existência de um desejo natural das mulheres de serem mães e de amarem seus filhos de maneira inata. Para Badinter (1985),

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade

pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (Badinter, 1985, p. 19).

Portanto, a produção da ideia de que, ao gerar um filho, as genitoras são capazes de cuidar de suas crianças como algo inerente a sua natureza reitera a ideia de que a ação de amamentar e cuidar dos filhos sustenta não só a criança como também a saúde da mulher, corroborando para a elaboração da lógica generificada que pretende determinar o corpo da mulher como um corpo cuidador. Por ser considerado como algo inato, inerente ao trabalho materno, o cuidado passa também a ser visto como ação subalterna e que prescinde de aprendizagens formais, afinal a vida ensina como uma mãe deve amar e cuidar de seus filhos.

Nesse sentido, afirmo que a ação de cuidado é generificada e o sujeito ideal para realizar tais ações é a mulher, preferencialmente a mãe. Adiante mobilizarei o conceito de “imagens de controle” (Collins, 2022) a fim de visibilizar os modos como as relações raciais produzem subjetivamente as mulheres negras como cuidadoras, possivelmente como amas de leite ou babás.

A babá: imagens de controle e a racialização do trabalho de cuidado

Segundo Patricia Hill Collins (2022) as “imagens de controle” são parte do aparato colonial e servem como base para justificar a subjugação e a exploração econômica do corpo negro. A produção de estereótipos sobre estes corpos produz a desumanização dos mesmos com o intuito de validar as violências e iniquidades as quais estes corpos estão submetidos, perpetuando as lógicas de dominação das classes, dos gêneros e das raças. As imagens de controle também são “[...] utilizadas como uma forma de naturalização das consequências do racismo e do sexismo a partir da inevitabilidade” (Bueno, 2020, p.79) que produz certos comportamentos como naturais ao corpo negro e justifica sua subjugação.

As imagens de controle são moventes e se articulam com o modo como os sistemas de opressão são modificados de acordo com os contextos temporais,

locais e culturais. Seguindo a lógica de uma matriz de dominação “as estruturas de raça, classe, gênero, sexualidade [...] operam enquanto sistemas de dominação social e não a partir dos efeitos cumulativos que se manifestam na vida dos indivíduos que experienciam múltiplas vivências de opressões” (Bueno, 2020, p.86). De acordo com a variabilidade dos modos de opressão e dominação, os estereótipos que compõem as imagens de controle são modificados e, por vezes, acoplam-se a imagens tidas como benéficas e virtuosas. Um exemplo disso é a imagem da mulher guerreira, que apesar do reforço positivo produz uma imagem de controle que segue prejudicando os corpos sob os quais pesam a sua influência, uma vez que justificam a exploração e exaustão dos corpos das mulheres negras como se estivessem valorizando sua ampla dedicação ao trabalho excessivo em âmbito público e doméstico.

Por conta das violências pelas quais passam, criou-se o mito da mulher negra forte, guerreira, que enfrenta tudo. Mulheres negras precisam ser fortes porque o Estado é omissivo. Essa denominação, além de encobrir a omissão e ilegalidade do Estado, também é desumana no sentido de não reconhecer suas fragilidades próprias da condição humana. Como diz Grada Kilomba, mulheres negras são o outro do outro por serem a dupla de antítese de branquitude e masculinidade, o que cria uma hierarquização de humanidade, nos colocando numa sub-categoria. (Ribeiro, 2018, n.p.)

Patrícia Hill Collins (2022) propõe algumas imagens de controle dentro do contexto norte americano e a sexualidade das mulheres negras é mobilizada na maioria dessas imagens como componente essencial de cada uma delas. Uma imagem de controle é a Jezebel, esta figura determina o corpo da mulher escravizada como um corpo cheio de desejo e sedento por sexo o que, portanto, justificaria e tornaria inevitável a possibilidade de exploração sexual das mulheres negras. Outra imagem de controle é a *mammy* que se articula à mulher escravizada que desenvolvia a tarefa de cuidadora dos filhos dos senhores. Geralmente vinculada a imagem de uma mulher negra, gorda, dessexualizada, carinhosa e submissa, a *mammy* é a mulher ideal para o desenvolvimento das tarefas domésticas.

[...] a imagem de controle da jezebel está conectada com a imagem de controle da *mammy*. Contudo, há uma distinção importante nos

sentidos de cada uma dessas imagens de controle. Enquanto a *mammy* é uma mulher negra assexuada, desprovida de qualquer conteúdo de beleza, nada atraente e, portanto, nem um pouco ameaçadora aos ideários hegemônicos das famílias brancas, a jezebel é a mulher negra sexualmente agressiva, insaciável, lasciva, que, portanto, deve ser domada de qualquer forma. (Bueno, 2020, p.109- 110, grifos da autora)

Apesar de mapear as imagens de controle a partir de figuras produzidas no período escravagista, Collins (2022) reconhece que os efeitos dessas imagens se perpetuam até hoje, com mudanças, por óbvio, mas mantendo o cerne de suas opressões. “As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustentam a continuidade dos sistemas de dominação racista e sexista que buscam manter mulheres negras em situação de injustiça social” (Bueno, 2020, p. 78). A produção das imagens de controle por parte dos defensores da escravidão tinha por objetivo mascarar as relações de subjugação do corpo escravizado através da produção de imagens que justificavam a subalternização desses corpos na realização de funções tidas como menores (cuidado da casa e das crianças) ou funções consideradas impróprias (o desejo sexual por parte das mulheres).

Levando em consideração o contexto colonial que forma a sociedade brasileira, podemos aproximar da proposição das “imagens de controle” de Collins (2022) com algumas figuras que compõem o imaginário cultural brasileiro. Lélia Gonzalez (2019) identifica no Brasil as figuras da mulata e da mucama que, acredito eu, podem ser aproximadas das imagens de controle da Jezebel e da *mammy* respectivamente, guardadas as devidas proporções. A mulata é a mulher com corpo escultural, desejante e que desperta o desejo dos outros com seus passos dançantes e suas vestimentas carnavalescas, enquanto a mucama é a mulher que cuida da casa, das crianças, amável e dedicada que se junta a imagem da ama de leite dócil, zelosa e submissa que provê a vida dos filhos dos senhores. Porém, no caso do Brasil, os corpos das mucamas apesar de não serem revestidos de desejo são considerados como corpos desejáveis que compõe parte do imaginário de interesses sexuais de muitos homens, visto que parte do trabalho de cuidado desenvolvido por essas mulheres no período colonial era também a iniciação sexual dos meninos de quem cuidavam. Por

serem consideradas apenas como "carne" (Spillers, 2021) as mulheres escravizadas não ofereciam risco para a manutenção da família nuclear colonial, pois os abusos sexuais cometidos sobre a carne dessas mulheres eram considerados como habituais, como parte do trabalho de cuidado desenvolvido por elas.

Mesmo com o final do período escravagista, a figura da *mammy* se perpetua tomando outras nuances, mas mantendo em seu alicerce a expectativa da docilidade do corpo cuidador.

A partir das imagens de controle formam-se políticas e comportamentos institucionais que estabelecem barreiras estruturais nos mais variados campos, consolidando o status de pobreza e precariedade desse grupo. A estratégia de dominação utilizada pelas elites, portanto, perpassa a disseminação das imagens de controle, que acaba culpabilizando as mulheres negras pela situação socioeconômica e desigual em que vivem. (Bueno, 2020, p.86)

Collins reconhece que “como as imagens de controle são hegemônicas e pressupostas, é praticamente impossível contorná-las” (Collins, 2019, p.167) e, por esse motivo, elas se perpetuam em diferentes contextos mantendo as opressões e os lugares socialmente determinados para corpos específicos. Muniz Sodré (2023) ao observar o contexto social brasileiro sugere que nosso país vive o que ele denominou como “forma social escravista” onde apesar de termos superado a “escravidão propriamente dita”, seguimos reproduzindo formas de opressão e subjugação de corpos marcados pelas relações raciais, mesmo negando o racismo que nos assola enquanto sociedade. Na “forma social escravistas” (Sodré, 2023), corpos negros continuam sendo relegados aos subempregos, ao encarceramento como modo de manter viva a “saúde do escravo”, sem justificativa aparente, mas que compõe o subconsciente social brasileiro. “O racismo brasileiro ou a ‘racial democracia’ nacional tem a sua especificidade: Aboliu-se política e juridicamente o sistema de subordinação direta do corpo sequestrado, mas permanece a forma correspondentes: a forma social escravista” (Sodré, 2023, p.238).

A partir da proposição de Collins conjecturo que as imagens de controle compõem um modo de produção de sujeitos que atravessam os corpos das

mulheres que realizam o trabalho institucionalizado de cuidado de crianças pequenas remetendo a figura da docente da Educação Infantil à imagem da mulher cuidadora que, por consequência, pode ser articulada a imagem de controle da *mammy* (Collins, 2022), ou das babás, amas de leite ou mucamas para dizer com Lélia Gonzales (2019). O que nos interessa aqui, é compreender como a manutenção destas imagens de controle marca tanto os corpos das mulheres negras, quanto o próprio ato de cuidar de crianças pequenas em espaços institucionalizados onde ocorre a docência na Educação Infantil, tornando a ação de cuidar um ato marcado pelo racial.

Ao pesquisar sobre os modos como o currículo da Educação Infantil produz a subjetividade das docentes que atuam neste segmento, foi possível identificar os traços que tornam evidentes como a forma social escravista marca tanto a atuação das profissionais nesta área, quanto o parco investimento político e econômico direcionados aos espaços públicos e privados dedicados ao trabalho com as infâncias.

Educação infantil: cuidado, gênero e raça

Conforme pudemos observar anteriormente, tanto as marcas de gênero quanto as raciais que produzem vestígios no trabalho de cuidado foram constituídas ao longo dos tempos e seguem produzindo subjetividades em diferentes contextos e temporalidades. Este apanhado que vislumbra a constituição dessas marcas nos dá a ver que não é possível falarmos sobre um antes e depois no tempo, mas sim em processos de reiteração e reinterpretação de modos de vida que perpetuam processos de subjetivação que subjugam sujeitos.

A fim de evidenciar tais reiterações que atualizam os modos como o trabalho de cuidado é produzido de maneira generificada e racializada, a tese que subsidia a escrita deste artigo mobilizou uma ampla gama de dados com o intuito de formular possíveis modos de compreender como as docentes que atuam na Educação Infantil são subjetivadas pelo currículo do segmento. Para isso, foram coletados relatos de professoras e professores que atuam com a

faixa etária de crianças de 0 a 5 anos, dados de reportagens, entrevistas e dos documentos curriculares que regem o trabalho do segmento. Este compilado de informações nos ajuda a compreender uma possível articulação entre as imagens de controle e a produção de subjetividades das docentes da Educação Infantil a partir da figura da cuidadora ideal que produzem, conjuntamente, o trabalho de cuidado como ação subalterna.

Nesse sentido, a referida tese compreendeu o currículo como uma composição de relações generificadamente e racialmente informadas, que envolve múltiplos fatores como as ações de cuidar e educar, a organização dos tempos e espaços, a escolha dos profissionais que atuam no segmento, o modo como tais profissionais atuam no ambiente escolar e, como seu efeito, este currículo produz sujeitos de maneira subjetiva e material. Os sujeitos produzidos nesta trama curricular não são apenas as crianças, mas também os responsáveis e as/os docentes e os demais profissionais que atuam na escola.

Os documentos curriculares que orientam o trabalho da Educação Infantil nacional, determinam a indissociabilidade entre as ações de cuidar e educar (Brasil, 2009; Brasil, 2018). Porém, o que podemos ver na realidade da maioria das escolas que trabalham com a separação de profissionais através dos cargos de professora regente e auxiliares de turma é a diferenciação da execução das tarefas de educar e cuidar. As profissionais que atuam como auxiliares realizam a maioria das funções de cuidado que lidam com as necessidades fisiológicas das crianças. São elas as responsáveis por higienizar e alimentar as crianças, assim como as amas de leite o faziam e as babás ainda o realizam. A parte da educação, considerada como ato intelectual, fica a cargo das professoras que têm formação para isso.

Em fevereiro de 2023 o prefeito da cidade de Chapecó, no estado de Santa Catarina, concedeu uma entrevista⁵ a uma rádio local informando que faria mudanças na organização dos docentes da Educação Básica do referido município. Nesta entrevista, uma das mudanças anunciadas pelo prefeito foi

⁵ Parte da entrevista concedida pelo prefeito João Rodrigues, que se refere especificamente ao tema da Educação Infantil, está disponível no link: <https://www.instagram.com/reel/ComsvtOg4Fw/?igsh=MXRIZj-Z4N2R5Zm5hbg==>.

que as docentes com formação em nível de pós-graduação seriam transferidas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I. Tal mudança, segundo ele, se justificava pelo fato de que "as famílias de classe média não contratam professoras para cuidarem de seus filhos pequenos, elas contratam cuidadoras". E o prefeito segue argumentando que para a realização do trabalho em creches e pré-escolas "são necessárias apenas cuidadoras", pois as professoras devem realizar apenas o trabalho de supervisionar a atuação destas profissionais. Diante de tais afirmações, conseguimos facilmente presumir quem são as profissionais cuidadoras a quem este prefeito se refere. Primeiro porque ele trata tais profissionais no gênero feminino, segundo porque uma das justificativas para que as professoras saiam da Educação Infantil é justamente a sua formação acadêmica, terceiro pela associação que ele faz entre as cuidadoras e as profissionais que as famílias de classe média contratam para cuidar de seus filhos em casa. Toda a descrição do prefeito de Chapecó delinea o gênero, a cor e a classe das trabalhadoras do cuidado. Nitidamente ele associa a figura da cuidadora com a babá, mobilizando esta imagem de controle para determinar o perfil da profissional que deve atuar no trabalho institucional de cuidado realizado neste segmento.

A entrevista também evidencia a relação que se estabelece entre o cuidar e o educar no currículo da Educação Infantil. Na visão do prefeito - que diz da leitura de muitos atores sociais e agentes políticos do nosso país - a Educação Infantil seria apenas o lugar da guarda das crianças e da realização das ações de cuidado, desconsiderando o trabalho pedagógico que é realizado neste segmento e dissociando as ações de cuidar e educar contrariando o que está previsto nas legislações curriculares:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I - a educação em sua integralidade, **entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo**; (Brasil, 2009, p. 2, grifo nosso)

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo (Brasil, 2018, p. 36, grifo do documento).

A dissociação feita entre as ações de educar e cuidar remonta a distinção e hierarquização proposta por Lineu nos idos de 1700 entre a natureza e o humano. Cuidar das crianças como modo de suprir suas necessidades fisiológicas e emocionais são ações tidas como menores diante do aprendizado das letras e dos números que exigem níveis mais altos de instrução formal. Afinal, o produto do cuidado não é quantificável e verificável, diferentemente do produto do conhecimento mensurado por meio de avaliações de pequena e grande escala.

A distinção entre educar e cuidar e o modo como o prefeito de Chapecó se refere a quem são as trabalhadoras que devem atuar na Educação Infantil atualiza a produção dos lugares determinados para as mulheres e, ainda específica, a quais mulheres se refere. Tal narrativa, evidencia a efetivação da forma social escravista proposta do Sodré (2023) que consiste

[...] principalmente na reinterpretação social e afetiva da “saúde do escravo”, que envolve: (a) seleção de mão de obra; (b) relações com empregadas domésticas e babás (sucedâneas das amas de leite); (b) formas culturais subestimadas como mero folclore, senão como objeto de ciência (para sociólogos e antropólogos); (c) imagens pasteurizadas da cidadania negra na mídia (Sodré, 2023, p. 242).

Este modo de “organizar” o trabalho do segmento da Educação Infantil além de subjetivar as docentes que atuam no segmento como possíveis babás, também produz o trabalho e cuidado como trabalho subalterno, subvalorizado, automatizado e naturalizado.

Além do levantamento de documentos legais, entrevistas e reportagens, a pesquisa ouviu docentes que atuam na Educação Infantil. Uma delas compartilhou o seguinte relato sobre o seu espaço de trabalho:

E tem uma outra coisa que eu queria falar: quem são essas meninas também que trabalham como professoras lá, né? São todas meninas novas, e pobres, que vem de uma realidade social e socioeconômica que não é favorável, são negras, assim, boa parte delas.
(Relato de uma professora que participou da pesquisa)

Esta professora atua em uma escola privada na cidade do Rio de Janeiro e evidencia uma parte significativa da realidade das escolas públicas e privadas de todo o país, principalmente as escolas privadas de pequeno porte, onde não há grandes exigências quanto ao grau de instrução das profissionais que atuam no segmento e pela distinção entre professoras e auxiliares. A depender do cargo, os salários são mais baixos e não há como requisito a formação em nível superior.

O relato desta docente corrobora ao que é narrado como desejo de mudança pelo prefeito de Chapecó, demonstrando que sua fala não é infundada ou destoante da realidade de muitas escolas brasileiras. O mesmo perfil de "meninas" que atua na escola desta professora é o perfil profissional que se deseja e espera para a atuação na Educação Infantil. Principalmente as profissionais que atuam como auxiliares de turma nas escolas e que, frequentemente, lidam com as crianças menores, os bebês, dando suporte às suas demandas fisiológicas. Geralmente, estas mulheres são negras, muito jovens ou de idade mais avançada e não têm a formação exigida atualmente para trabalhar como docentes do segmento, que é a graduação em Pedagogia. São essas as profissionais da educação que podem ter diversas nomenclaturas nas instituições, como, por exemplo, cuidadora, apoio, agente de Educação Infantil, agente materno-infantil e estagiária. Em sua maioria, estas profissionais têm uma cor e uma classe específica. São as mulheres negras e periféricas, em sua maioria, que atuam no segmento da Educação Infantil realizando o trabalho subvalorizado do cuidado.

Algum tempo depois de trazer o primeiro relato a mesma docente compartilhou uma reflexão, a partir do que havia comentado anteriormente:

Mulher, eu tava aqui tomando banho e pensando numa coisa... Eu tenho uma colega lá que ela tem um filho. Ele deve ter, eu acho que ele vai fazer 2 anos agora esse mês e ela está na turma exatamente de criança de 2, 3 anos e a criança fica com a mãe dela, com a avó

né, e ela é... enfim. Ela, uma mulher preta também né, ela está como auxiliar, eu acho que ela só fez o normal e aí qual foi a minha reflexão: que ela deixa de cuidar do filho dela de segunda à sexta-feira durante 10 horas por dia, por cada dia, para estar cuidando das crianças brancas, né? Que tem ali a mesma faixa etária do filho dela. Era essa reflexão.

(Relato de uma professora que participou da pesquisa)

Este segundo relato demonstra como a "forma social escravista" (Sodré, 2023) se faz presente mantendo mulheres negras no trabalho subalternizado do cuidado. A imagem de controle da *mammy*, das mucamas ou das amas de leite, para pensarmos no contexto brasileiro, permanece sendo reencenada nos contextos institucionais onde o cuidado de crianças pequenas acontece. Conforme aponta Telles (2021) por volta de 1873, enquanto o Brasil estava em transição no período escravagista, mulheres negras que ainda eram escravizadas eram alugadas como "mulheres nutrizas" (Telles, 2021, p.52) pelas famílias mais ricas para alimentar os bebês. Estas mulheres tinham capacidade de alimentar os bebês das famílias abastadas, pois também tinham gerado seus filhos a pouco tempo e precisavam deixá-los para poder alimentar outras crianças. Nesse cenário, os ingênuos, bebês libertos de mães escravizadas, eram deixados com outras mulheres, também escravizadas, para serem alimentados, seja na propriedade dos senhores ou na roda dos expostos, entidade que posteriormente foi institucionalizada e originou os espaços formais de Educação Infantil do nosso país.

Maria Elvira Díaz-Benites (2021) evidencia que no período colonial o corpo escravizado realizava funções que não eram consideradas como trabalho, pois não era apenas o produto das ações destes corpos que gerava capital, mas sim a própria carne do corpo escravizado era a "mercadoria primária de troca" (Díaz-Benítez, 2021, p. 12). Assim, era o corpo escravizado que tinha sobre ele o valor monetário atribuído, para além dos bens de consumo que gerava. Saidiya Hartman (2022) argumenta que a categoria trabalho sequer poderia ser usada para nomear o que era realizado pelas pessoas escravizadas, visto que as relações de trabalho têm como mote a troca monetária, em que um oferece um serviço e aquele que o recebe paga por ele. Para a autora, a escravidão era um modo de poder e dominação que deixou seus rastros, marcando os corpos

das mulheres como “locais definidores da escravidão” (Hartman, 2022, p. 131).

Desse modo, podemos pensar junto com Hartman (2022), que “as continuidades entre a escravidão e a liberdade eram sustentadas pelo trabalho doméstico das mulheres negras” (p. 135) e, acrescento aqui, que a Educação Infantil, ainda que seja um trabalho institucionalizado que lida diretamente com o cuidado de bebês e crianças pequenas, é constantemente (re)aproximada do trabalho doméstico e do trabalho realizado pela população negra e pobre como o trabalho das babás e, por isso, é mal remunerada.

bell hooks (2022) explica que após a abolição o trabalho doméstico foi o que viabilizou a sobrevivência da população negra por não ser reconhecido como um trabalho digno e, por isso, não era realizado por pessoas brancas. O trabalho doméstico se caracteriza não só pela limpeza e manutenção da casa, mas pelo cuidado com a vida das crianças em seus múltiplos aspectos.

Pessoas brancas não enxergavam que mulheres negras em prestação de serviços estivessem realizando um trabalho significativo, que merecia recompensa econômica adequada. Viam a prestação de serviços domésticos por mulheres negras como mera extensão do papel “natural” da mulher e consideravam que este trabalho não tinha valor (hooks, 2022, p. 151).

De diferentes modos a não valorização do trabalho doméstico se perpetuou e segue influenciando a remuneração dos profissionais que atuam nos mais diferentes trabalhos de cuidado, aqui, especificamente, as docentes da Educação Infantil.

Outra professora que compartilhou seus relatos para a pesquisa, ao fazer a articulação entre maternidade e docência trouxe o relato de uma cena que fazia parte do seu cotidiano como professora:

[...] quando eu penso em maternidade eu me lembro dos momentos do sono. Em outras escolas isso já aconteceu, na escola que trabalhamos juntas também, que é o momento da criança, daquele colinho que a gente faz aquele aconchego, e aí algumas crianças já me confundiram. Lá mesmo, uma criança, uma vez me chamou de mãe. Em outras escolas, a criança vem tentar botar a mão no meu peito, que eu acho que a situação né, que faz da amamentação. (Relato de uma professora que participou da pesquisa)

A carne comercializada da mulher escravizada era a que produzia o leite que mantinha vivas as crianças não negras e deixava morrer as crianças negras pela sua ausência forçada, “apenas a mulher permanece na carne, ao mesmo tempo mãe e despossuída de mãe” (Spillers, 2021, p. 66). Uma vez despossuída de suas maternidades, as amas de leite, posteriormente as babás e mais atualmente também as docentes e auxiliares da Educação Infantil mantém ativa uma relação de cuidado pautada no suporte emocional e na manutenção das necessidades fisiológicas das crianças. Ainda que atualmente as profissionais não amamentem os sujeitos a quem dedicam seus cuidados, a aproximação entre a ação de cuidado desempenhadas por elas e a amamentação segue acontecendo.

O seio das mulheres negras serviu de alimento e alento para muitas crianças, mas poucas vezes para seus próprios filhos e em alguma medida, essa cena se repete. A figura da mãe como aquela que cuida e que é naturalmente capaz de dar amor aos seus filhos compõe também o processo de subjetivação das docentes da Educação Infantil. Durante a investigação recebi relatos de professoras que falavam sobre como o trabalho de cuidado com as crianças despertava o seu desejo pela maternidade e também ouvi de muitas profissionais como sua atuação docente havia mudado diante de suas próprias maternidades. A relação entre o trabalho de cuidado com crianças pequenas e a maternidade é articulado em reencenações como estas que a professora narrou. Ser confundida com a mãe ou ter o seu seio tocado fazem parte do cotidiano do trabalho e, ainda que não seja a intenção das crianças nos remeter a maternidade, o fato de que certas ações e comportamentos serem reiteradamente narrados e produzidos socialmente de maneira generificada como ação natural de mães, acaba por convocar as professoras a produzirem respostas subjetivas sobre suas possíveis ou até mesmo supostas maternidades.

Nesses contextos, em que o trabalho é marcado pelas relações raciais e de gênero, onde as profissionais que o executam são produzidas subjetivamente como desejavelmente mães ou babás, a subalternização que é produzida sobre estes corpos acaba manifestando inferências também sobre a produção do trabalho do cuidado como ação subalterna. Em outubro de 2023 o jornal Folha

de São Paulo publicou uma reportagem com um ranking das profissões que recebiam os menores salários no Brasil e no topo das profissões estavam os professores, mas não a categoria docente como um todo e sim, especificamente, as profissionais que atuam na pré-escola.

Uma vez que o trabalho de cuidado é considerado como instintivo, naturalmente realizado por mulheres, especialmente pelas mães ou pelas mulheres negras e de classes populares, um trabalho cujo produto não pode ser quantificável ou comercializável e em que a sua realização, supostamente, prescinde de produção de pensamento, o cuidado não é passível de pagamento ou valoração. Por todas essas características o trabalho de cuidado teria como sua maior retribuição o amor e isso reverbera na a fragilidade das mulheres no mercado de trabalho que se mantém, principalmente, por conta do não pagamento das ações de cuidado realizado no âmbito doméstico e que se espriam pelas profissões institucionalizadas diretamente relacionadas às ações de cuidado.

Contratantes sabem que estamos acostumadas a trabalhar a troco de nada e que estamos tão desesperadas por algum dinheiro próprio que podem nos admitir por um preço baixo. Mais ainda, o fato é que o trabalho doméstico não assalariado deu a esse esforço socialmente imposto um aspecto natural (“feminilidade”) que nos afeta em todos os lugares para onde vamos e em tudo o que fazemos. Como trabalho doméstico e feminilidade se mesclaram, carregamos para qualquer emprego que ocupamos essa identidade e as “habilidades domésticas” adquiridas desde o nascimento (Federici, 2021, p. 34).

O que Federici (2021) narra, influencia mulheres pelo seu “potencial” com a maternidade e as mulheres negras pelas marcas que seus corpos trazem dos processo de escravização onde eram designadas ao trabalho de cuidado. Todo esse processo nos ajuda a perceber que a associação entre maternidade e docência na Educação Infantil, junto à lógica racializada do trabalho de cuidado, reforça a estrutura patriarcal que organiza a nossa sociedade.

Seja na diferenciação entre público e doméstico, na distinção generificada entre as funções que cabem ao homem e a mulher cis no bojo da família heterocentrada, ou mesmo na transbordamento da linha que supostamente separa profissionalidade e a familiaridade, a ação docente na

Educação Infantil reifica a responsabilização da mulher cis pelo cuidado, esvaziando a função do Estado, atendendo aos interesses e à racionalidade neoliberal. De maneira que, assim como as mães podem ser pagas com afeto, ou como as mulheres escravizadas e cuidadoras de crianças sequer recebiam pagamento pelas suas ações de cuidado, também a professora de Educação Infantil pode realizar sua profissão sem exigir retorno financeiro.

Parte do que compõe a imagem de controle é a precarização e a subalternização dos corpos de maneira justificada e a partir do princípio da inevitabilidade. O que estou fazendo aqui é evidenciar de que maneira o trabalho de cuidado é constituído como ação feminina e natural e marcado pela relação racial que forma a sociedade brasileira. Nesse sentido, os trechos da pesquisa nos dão a ver tanto o perfil de gênero, raça e classe da maioria das profissionais que atuam no segmento da Educação Infantil, bem como demonstram como o trabalho de cuidado por ser associado a ação naturalizada de mulheres e de pessoas historicamente subvalorizada, acaba também por ser produzido como trabalho subalterno. Atrelando estes fatores: o gênero, a relação racial e a natureza do trabalho realizado na Educação Infantil, evidencia-se a construção da lógica da inevitabilidade em relação a baixa remuneração das profissionais, bem como a subalternização de suas ações. Apesar de reconhecer que a proposição de Collins (2022) sobre as imagens de controle dizem especificamente das marcas produzidos sobre o corpo negro, o que estou argumentando aqui é que tais marcas reverberam não somente sobre a carne, mas também sobre o trabalho que habitualmente é atribuído ao corpo marcado pelo gênero e pela raça, o trabalho de cuidado.

A subalternidade na produção da subjetividade das docentes da educação infantil e no trabalho institucionalizado de cuidado realizado com crianças

Todo este cenário que busquei evidenciar aqui a partir de um recorte dos elementos coletados na tese servem como uma pequena amostra daquilo que acredito compor os processos de subjetivação das docentes da Educação Infantil. Compreendo que tais processos ocorrem por uma vasta gama de

informações que advém de múltiplas formas discursivas que atribuem à ação de cuidar uma suposta subalternidade, dada sua atribuição como trabalho feminino, majoritariamente realizado por mães ou por mulheres negras e de classes populares. Com este panorama, conseguimos perceber como as imagens de controle da *mammy*, da mucama, da ama de leite e das babás continuam sendo reproduzidas e ganham novas nuances na produção da profissional desejada para atuar com as infâncias em ambientes institucionais, a mulher mãe ou a babá.

Conforme Collins (2022) nos explica, a imagem de controle se dá a partir de uma falsa ideia de inevitabilidade e isso fica explícito tanto no processo de produção da ideia de que o trabalho de cuidado é naturalmente realizado por mulheres que se constitui com muita força ao longo dos anos e se evidencia no relato da professora que identifica o perfil das docentes que atuam na sua escola, bem como na entrevista do prefeito de Chapecó. Aparentemente, é inevitável que meninas negras e de classes populares ocupem a função de cuidadoras de crianças realizando este trabalho em ambientes domésticos ou institucionais.

Além disso, o fato de tal trabalho ser desejavelmente realizado por mulheres negras e pobres, um trabalho que prescinde da formação acadêmica, justifica, inclusive, os menores salários da categoria docente, visto que a lógica de que o cuidado não produz conhecimento ou algo materializável e quantificável causa a falsa impressão de que também não é necessário conhecimento acadêmico para realizar as funções de cuidado e, constituindo parte daquilo que produz a inevitabilidade desse processo de desvalorização profissional imbricado no sistema de opressão, juntamente com as marcas raciais e de gênero que compõem o corpo das trabalhadoras que atuam neste segmento. Todas estas formas discursivas produzem tanto a docente da Educação Infantil quanto o trabalho de cuidado como subalternos.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: dezembro, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018

BUENO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: BARZAGHI, Carla; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André. *Pensamento negro radical*. São Paulo: Crocodilo, 2021. p. 07-26.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

GALLEGO, Diego Carmona. La resignificación de la noción de cuidado desde los feminismos de los años 60 y 70. *En-claves del pensamiento*, v. 13, n. 25, p. 104-127, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.org.mx/pdf/enclav/v13n25/2594-1100-enclav-13-25-104.pdf>> Acesso em: 28/12/2024

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

HARTMAN, Saidiya. O ventre do mundo: dois ensaios de Saidiya Hartman. In: BARZAGHI, Carla (org.). *A sedução e O ventre do mundo: dois ensaios de Saidiya Hartman*. São Paulo: Crocodilo, 2022. p. 123-143.

RIBEIRO, Djamilia. A perspectiva do feminismo negro sobre violências históricas e simbólicas. *Geledes: Brasil*. Publicado em: 05 ago. 2015.

Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-perspectiva-do-feminismo-negro-sobre-violencias-historicas-e-simbolicas/>> . Acesso em: 30/12/2024.

SCHIEBINGER, Londa. Mamíferos, primatologia, sexologia. In: PORTER, Roy; MIKULAS, Teich. (org.). *Conhecimento sexual, ciência sexual*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 219-246.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.

SPILLERS, Hortense J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Carla; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André. *Pensamento negro radical*. São Paulo: Crocodilo, 2021. p. 29-69.

TELLES, Lorena Ferres. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T. et. al. (org.) *Ventres livres?: Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 41-61.

VIECELI, Leonardo. Professor de pré-escola ganha o pior salário e médico lidera ranking; veja lista completa. *Jornal Folha de São Paulo*. 17 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/veja-os-melhores-e-os-piores-salarios-das-profissoes-com-ensino-superior.shtml>> Acesso em: 18 de outubro de 2023.

Recebido em: 07/10/2024.

Aprovado em: 04/01/2025.

Publicado em: 24/04/2025.